

Quando a desinformação vira arma contra as mulheres



» JANARA SOUSA
Chefe da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério das Mulheres, professora e pesquisadora da UnB

entrevistados declarou considerar difícil identificar se uma notícia é falsa ou não.

É nesse ambiente que prospera a chamada machosfera: um ecossistema digital de canais, fóruns e influenciadores que vendem a narrativa da superioridade masculina e da vitimização dos homens diante do feminismo. A estratégia central desse ecossistema é usar a desinformação para justificar a misoginia. Dados biológicos são distorcidos, a história é manipulada e textos religiosos são mobilizados de forma seletiva. Não se trata apenas de mentir. Trata-se de criar um verniz de legitimidade para a violência.

A pesquisa do NetLab/UFRRJ, realizada em parceria com o Ministério das Mulheres no âmbito do programa Brasil sem Misoginia, tornou esse modelo visível. O estudo analisou 137 canais no YouTube Brasil com conteúdos de ódio, desprezo, aversão ou controle sobre as mulheres. Foram examinados milhares de vídeos, com bilhões de visualizações, milhões de comentários e diferentes formas de monetização, como anúncios, doações, cursos, mentorias e comunidades pagas. É um modelo de negócios construído sobre o ódio às mulheres. E as plataformas seguem respondendo de forma insuficiente à engrenagem que ajudam a monetizar.

Essa violência não fica confinada às telas. Ela transborda e afeta a cidadania concreta das mulheres. No Brasil, 8,8 milhões de brasileiras, o equivalente a 10% da população feminina com 16 anos ou mais, sofreram algum tipo de violência digital nos últimos 12 meses, segundo a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado e pela Nexus em 2025. Quando uma mulher é alvo constante de difamação, exposição íntima,

ameaças ou campanhas coordenadas de ódio, o primeiro efeito costuma ser o silenciamento. Ela muda o que posta, evita determinados temas, recua de candidaturas, perde oportunidades. O espaço público, não apenas o digital, mas também o da rua, do trabalho, da política e das instituições, torna-se hostil.

Mulheres que ousam ocupar espaços de poder são as mais visadas. Políticas, jornalistas, pesquisadoras, ativistas e lideranças públicas relatam campanhas de difamação e ataques coordenados que se traduzem em hostilidade dentro e fora das instituições. A mensagem implícita nessas campanhas é sempre a mesma: “a política, o jornalismo, a liderança não são o seu lugar”.

Toda vez que se tenta enfrentar esse cenário, aparece o argumento da “liberdade de expressão”. Mas é preciso ser muito clara: liberdade de expressão é um pilar da democracia, mas não pode ser usada como escudo para difamar, expor intimidade, ameaçar ou convocar ataques contra mulheres. A dignidade das mulheres não é negociável. Misoginia não é opinião. É violência.

Quando aceitamos que a desinformação seja usada sistematicamente como arma contra metade da população, aceitamos uma cidadania pela metade. E cidadania pela metade produz, inevitavelmente, uma democracia pela metade. Enfrentar esse problema exige responsabilizar as plataformas que lucram com o ódio, reconhecer a desinformação de gênero como forma de violência política e recusar coletivamente a ideia de que normalizar a misoginia é aceitável. Enquanto o espaço público, nas ruas, nas instituições e na internet for inseguro para as mulheres, nossa democracia continuará sob ameaça.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@adabr.com.br



Imposto na marra

Em meio a uma das piores recessões das últimas décadas, com desemprego em alta, consumo em queda e empresas fechando as portas, o Estado brasileiro optou por apertar ainda mais os parafusos sobre contribuintes já exauridos, acumulando recordes sucessivos de carga tributária.

Nosso país mantém hoje quase 100 tributos ativos entre impostos federais, estaduais e municipais, taxas e contribuições de toda ordem. O ICMS, o ISS, o PIS, o Cofins, a CSLL, o IRPJ, o IOF, o IPI, as contribuições previdenciárias e dezenas de outras exações se sobrepõem em camadas que tornam qualquer atividade produtiva um exercício de sobrevivência contábil. Para cada real gerado, mais de um terço é imediatamente absorvido pelo Tesouro, antes mesmo de qualquer despesa operacional. O resultado é o chamado “custo Brasil”: uma combinação de burocracia, insegurança jurídica e tributação confiscatória que coloca o país em desvantagem competitiva frente a qualquer economia minimamente organizada.

Enquanto a média da OCDE situa-se ao redor de 34% do PIB em carga tributária com retorno em serviços de qualidade, o Brasil cobra o mesmo ou mais e entrega serviços públicos notoriamente precários. O economista norte-americano Arthur Laffer demonstrou, com elegante simplicidade, que existe um ponto além do qual o aumento de alíquotas resulta em queda da arrecadação. Abaixo de certo patamar, a tributação incentiva a atividade produtiva e o cumprimento fiscal voluntário. Acima dele, desestimula o investimento, expulsa capitais, estimula a informalidade e reduz a base tributável. O paradoxo é flagrante: ao cobrar mais, o Estado arrecada proporcionalmente menos do que poderia, pois a atividade econômica se contrai, a sonegação cresce e a evasão fiscal legal e ilegal se torna estratégia racional de sobrevivência empresarial.

Parece que a pressão fiscal excessiva não apenas destrói riqueza; ela destrói a própria base sobre a qual a arrecadação futura deveria se sustentar. Multinacionais relocam suas operações para países vizinhos — Uruguai, Chile, Colômbia —, onde a carga é significativamente menor e a previsibilidade jurídica, maior. Empresas nacionais de médio porte, incapazes de arcar com a estrutura de compliance tributário exigida, optam por migrar parcelas de sua produção para o exterior ou simplesmente encerrar atividades. A indústria brasileira, que chegou a representar 32% do PIB nos anos 1980, viu sua participação encolher para menos de 12% em 2016. Parte dessa desindustrialização deve-se à tributação em cascata que onera cada elo da cadeia produtiva, tornando o produto nacional não competitivo mesmo dentro do próprio mercado interno.

Desse modo, o Brasil fabrica cada vez menos e importa cada vez mais — para depois tributar as importações também, num ciclo kafkiano de ineficiência. Os números de falências e recuperações judiciais em 2016 atingiram patamares alarmantes. O Serasa Experian registrou crescimento expressivo nos pedidos de recuperação judicial no período, com micro e pequenas empresas respondendo pela esmagadora maioria dos casos. Para esses negócios, a carga tributária não é abstração econômica é causa direta de encerramento.

Um estabelecimento que não consegue repassar ao preço final o custo do Simples, do INSS patronal e das guias municipais, simplesmente fecha. O desemprego resultante alimenta o círculo vicioso: menos trabalhadores formais significa menor arrecadação previdenciária, o que pressiona o governo a elevar alíquotas sobre os contribuintes remanescentes, que, por sua vez, reduzem ainda mais a contratação. É a dinâmica predatória de um sistema fiscal que se alimenta da própria destruição.

Um sistema que pune o trabalho, o investimento e a produção enquanto preserva privilégios de grupos específicos não pode ser chamado de justo. A simplificação do modelo, a exoneração da folha de pagamentos, a eliminação de tributos cumulativos e a adoção de uma estrutura de IVA moderno, como fizeram dezenas de países com sucesso, é o que esperam os pagadores de impostos. Enquanto o Estado brasileiro não compreender que tributar em excesso não é sinônimo de responsabilidade fiscal, mas, sim, de miopia estratégica, continuaremos a produzir recordes que ninguém deseja celebrar. O fardo que carregamos é pesado demais.

A frase que foi pronunciada:

“Se a história pudesse nos ensinar alguma coisa, seria que a propriedade privada está intrinsecamente ligada à civilização.”

Ludwig von Mises

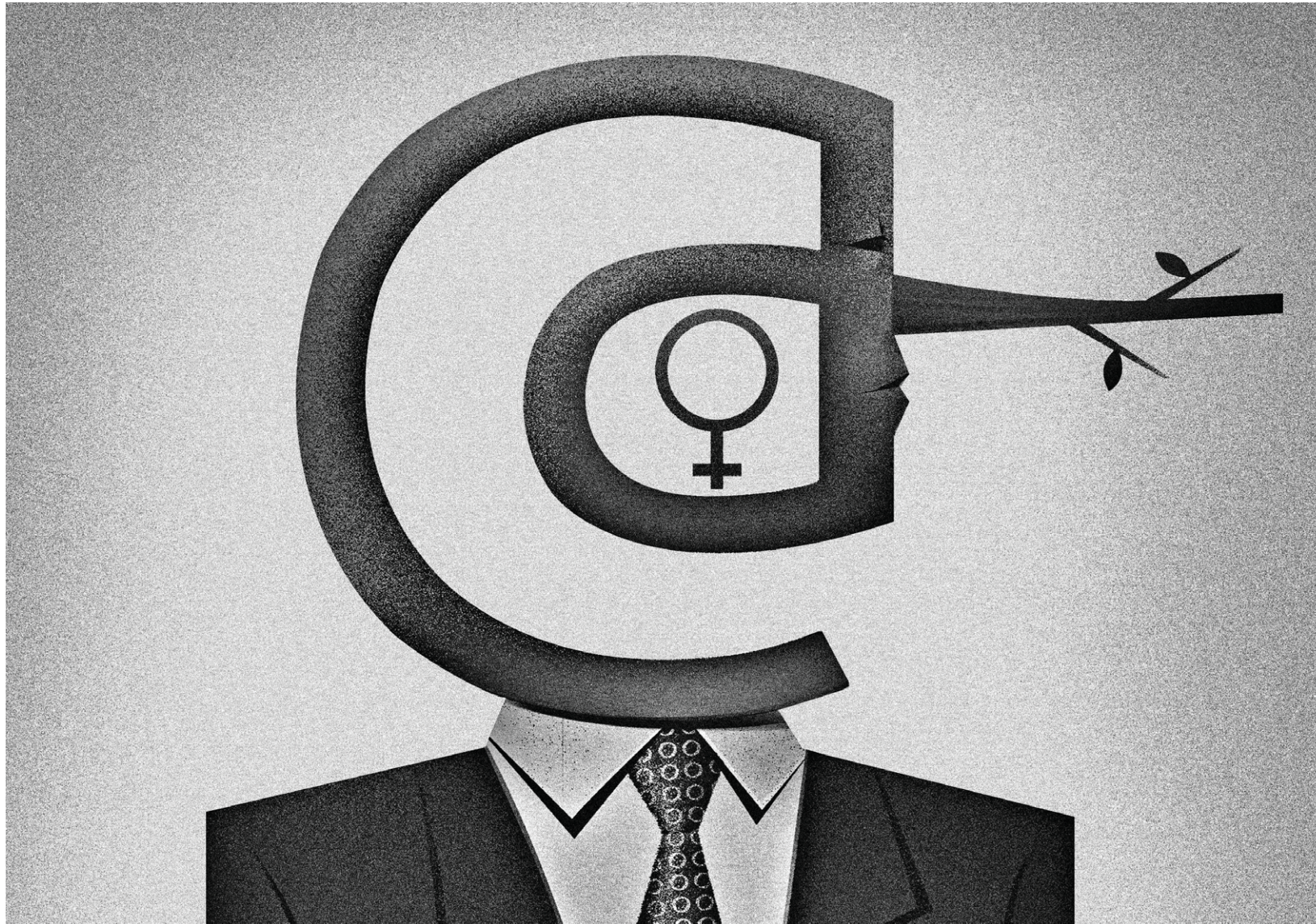
Ao vento

» No Plano Piloto falta policiamento. Motocicletas disputam calçadas com pedestres, brigas de moradores de rua assustam, disputas no trânsito correm sem fiscalização.

História de Brasília

Como sempre, o st. Afonso Almiro viajou para o Rio no mesmo dia, mas, nessa oportunidade, prestou um relevante serviço ao Distrito Federal e, particularmente, às Funções da Prefeitura do Distrito Federal. (Publicado em 20/5/1962)

maurenilson



Docência: só se rompem velhas estruturas com humildade



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

o dobro daqueles que frequentaram cursos presenciais. Ou seja, 34.876 do EaD acima do básico contra 18.180 do presencial. Das duas, uma: ou o relatório do Todos pela Educação se equivocou ao elaborar o documento, ou precisamos estudar melhor o que está acontecendo nos cursos de pedagogia no Brasil. Dados do próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já revelam que, dos estudantes que cursam pedagogia em nosso país, cerca de 40% ingressaram no ensino superior com uma nota abaixo de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Isso significa que não receberiam o certificado de conclusão do ensino Médio, mas, mesmo assim, estão no ensino superior!

Outro ponto que me preocupou bastante, na maioria dos textos que analisaram tais resultados, refere-se ao fato de que o problema da baixa qualidade da formação de professores está na oferta pelo EaD. Estudo o problema há mais de 20 anos, e tal modalidade, na minha opinião, apenas escancarou um grave problema da educação brasileira — basta ler pesquisas de 15-20 anos atrás que já mostravam, entre outras coisas, que nossos cursos de licenciatura não se voltam para as questões ligadas ao campo da prática profissional; não observam relação efetiva entre teoria e prática; têm uma característica fragmentária e um conjunto disciplinar bastante disperso; prevalecem neles os conhecimentos da área disciplinar especializada, em geral desarticulados com os fundamentos pedagógicos da ação docente; e os estágios constam formalmente das propostas curriculares, em geral sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas.

O país precisa de uma reforma profunda em

tudo que está aí no campo da formação de professores — programas soltos e dispersos não vão mudar essa grave situação. Precisamos começar por atrair jovens para o magistério — pesquisas de diferentes instituições mostram que apenas 2 a 3% dos que concluem o ensino médio querem fazer algum curso de licenciatura no Brasil.

Precisamos começar a atuar ainda no ensino médio — atraindo os melhores alunos. A formação prática deve se realizar desde o início do curso de licenciatura, propiciando estágios em escolas de tempo integral com condições adequadas de trabalho, de modo que, ao término do curso, esses alunos possam ingressar por certificação em tais escolas numa carreira promissora, associando níveis salariais crescentes a seu desenvolvimento profissional.

Outro ponto fundamental, ao menos para mim: convidar professores inspiradores da educação básica para contribuir na formação prática dos estudantes das licenciaturas — trazer o “cheirinho” da escola para a universidade. E, preferencialmente, criar dentro das universidades um instituto de formação de professores, integrando professores das diferentes áreas vinculadas à docência e que, efetivamente, queiram se dedicar à educação básica.

Precisamos romper com dois históricos hiatos: entre as licenciaturas diversas e os cursos de pedagogia, e entre o ensino superior e a educação básica — esta pode nos ensinar muito, mas precisamos querer enquanto universidade, ter humildade para aprender. Mais do que citar e reverenciar Paulo Freire, precisamos colocar em prática suas ideias. Sobre humildade, disse ele certa vez: “a humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”.

Os últimos resultados do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (Enade) das Licenciaturas mostraram que apenas 20% dos estudantes desses cursos atingem o padrão considerado adequado, revelando a baixa qualidade da formação do professor no Brasil. Quando analisamos a parcela dos estudantes que têm o pior desempenho, abaixo do básico, a maioria deles é formada na modalidade do ensino a distância (EaD) — 32% contra 11% do presencial. Mas, quando olhamos para aqueles cujo desempenho está acima do básico, não há grande diferença entre aqueles que fizeram cursos presenciais e os que estudaram a distância — 30% contra 28%, respectivamente, conforme relatório *Enade Licenciaturas/ Prova Nacional Docente*, do Todos pela Educação.

Entendendo que os alunos concluintes que tiveram desempenho abaixo do básico não deveriam ir a uma sala de aula — ao menos em um país que leve a sério a educação —, analisando por curso, fica muito claro a supremacia dos cursos presenciais em relação aos cursos na modalidade EaD levando-se em conta aqueles estudantes que tiveram desempenho acima do básico, exceto nos cursos de pedagogia. Nesses últimos, os alunos acima do básico formados a distância são